

AVC PJ

Ainda é tempo

17 NOV 1987

Reagindo diferentemente daquilo que dissera, 24 horas antes, o seu porta-voz, o presidente José Sarney tomou, relativamente às decisões da Comissão de Sistematização, a única atitude compatível com a grandeza política que se espera de um Chefe de Estado. Ele aceita a decisão e, mais do que isto, não se empenhará pessoalmente em mudá-la, conquanto estejam livres para fazê-lo os seus partidários. De fato, o Presidente não pode, nem deveria tê-lo feito antes, envolver-se em fato político que, sejam quais forem as razões de Estado também comprometidas, não pode dissociar-se do seu interesse pessoal. A duração do seu mandato é um assunto pessoal, por mais que o seja, também, um assunto de Estado.

Ao proclamar-se doravante isento em relação às decisões concernentes à matéria, o Presidente proferiu outra sentença louvável, a de que governará acima dos partidos pelo tempo que lhe resta de mandato. Não é outro o desejo da Nação e esta era a expectativa que há muito se tinha, desde que se tornou evidente a inoperacionalidade da Aliança Democrática para fins administrativos. Ela foi útil em um determinado momento da vida do País quando se produziu a grande unanimidade nacional que tornou possível a transição. Aquele movimento — uma verdadeira revolução branca — reuniu até os contrários, engessou ideologias, paralisou os antagonismos. Havia um objetivo maior, comum a todos, a ser perseguido. A Aliança não foi, nem poderia ter sido, entretanto, instrumento adequado à condução da rotina de Governo

porque ela exprimia um conflito ideológico congênito e indissolúvel. Não só a Aliança. O próprio PMDB não possui as características de partido político. É uma reunião de contrários emulados apenas pelo fascínio do poder.

Um Governo acima dos partidos é o que resta ao Presidente Sarney como última oportunidade para restaurar-se perante a história. Ele não deve perdê-la, pois já perdeu todas as outras oportunidades que o destino generosamente lhe pôs nas mãos. Um ano de mandato, sem os grilhões auto-impostos da fidelidade a uma aliança infiel, basta para que o Presidente imprima um caráter próprio e fecundo ao Governo. Por certo não será bastante o tempo para grandes obras, mas não é de grandes obras que o País precisa. Precisamos, sim, de uma infinidade de pequenas iniciativas capazes de desanuviar a tensão nas relações internas, como por exemplo, as relações entre o cidadão e o aparelho do Estado. Há campo vasto para múltiplas intervenções nessa área. Uma delas o Presidente esteve próximo de implementar por ocasião da última reforma ministerial. É a reforma da administração via enxugamento dessa máquina tentacular que está presente em todas as horas dos nossos dias. Preconizamos uma reforma que elimine pelo menos um terço dos ministérios e outro tanto de órgãos inúteis que se superpõem e mutuamente se anulam, mas têm, todos, o poder de ordenar despesa. Só por aí o Presidente daria formidável contribuição ao crescimento do poder relativo da sociedade, a meta mais substantiva da transição.

Poderia o Presidente investir também, e muito fortemente, no combate à corrupção. Se ele conseguir sanear pelo menos parcialmente o serviço público — tarefa gigantesca mas não impossível — outra notável contribuição terá dado ao aperfeiçoamento moral do País. A corrupção é o câncer mais resistente, e deprimente, da atualidade brasileira.

Poderia o Presidente atuar junto ao setor produtivo, notadamente a indústria, não para abrigá-la a operar com prejuízos, mas para fazê-la eficiente, racional e compatível com a realidade brasileira. Precisamos reduzir a sofisticação perdulária e ociosa dos bens de consumo que não precisam ser primorosos no design nem diversificados na forma. Apenas precisam funcionar. Por que o País — com um poder aquisitivo de qualidade africana — necessita de 160 modelos de veículos de passeio? Mais grave ainda: a falta de normas, que até hoje o Ministério da Indústria e do Comércio não foi capaz de produzir, faz com que o parafuso de um carro não seja igual ao parafuso de outro carro. Isto é capitalismo selvagem, já repudiado há muito tempo pelas nações capitalistas mais adiantadas do mundo.

Enfim, há um vasto arsenal de iniciativas que o Presidente poderá tomar em um ano de Governo, todas elas tendentes a distensionar o dia-a-dia de cada um de nós. Temos certeza de que só por aí, sem grandes e suntuosas obras, ele poderá encontrar espaço para justificar sua passagem por esse momento histórico transcendental da vida do País.